

2

A proveniência do amor materno

2.1

Século XVIII: sentimento de família e sentimento de infância, as famílias se transformam



Figura 1: Jean Renoir com Gabrielle Renard, Pierre-Auguste Renoir(1895)

Para alguns historiadores franceses, como Ariès (1978) e Donzelot (1986), a família é uma construção sociocultural que se transforma no tempo e no espaço, segundo os contextos históricos específicos, que lhes dão características especiais, de acordo com os valores, a cultura, a crença e os hábitos existentes.

No caso da história da sociedade ocidental, a intervenção do Estado moderno em aliança com os especialistas de saúde cumpre o papel de transformar as relações familiares segundo o modelo nuclear, pautado na intimidade, fechado à sociabilidade pública. Esse modelo constitui a família como algo inteiramente novo, sem precedentes na história da humanidade, no qual o dever paterno é de proteção baseado no sentimento de amor. A afeição agora presente nas famílias é registrada por Ariès (1978) na Europa no fim do século XVII e início do século XVIII, o que não existia em outros tempos.

Nesse contexto histórico nasce o “sentimento de família” conjuntamente com o “sentimento de infância”, em parte devido ao processo de privatização da vida familiar, que tinha como objetivo melhor cuidar das crianças. Com a

privacidade e a intimidade na família, produz-se a “domesticidade” (Shorter, 1995) de seus membros. Como aponta Costa (1979), a intimidade doméstica passa a ser valorizada com a argumentação de que a família para educar os filhos precisaria preservá-los de influências externas. Dessa forma, a família torna-se a “base dos Estados”, a “célula social”, assumindo uma função moral e espiritual. Assim sendo, a família moderna, além de ser o lugar da intimidade e da privacidade, é também o lugar da transmissão da cultura por meio dos bons hábitos. Seus efeitos duradouros, praticamente invisíveis, consolidam na personalidade do indivíduo desde pequeno os bons hábitos, prevenindo, com isso, as “más inclinações”, fortalecendo, dessa maneira, o Estado (Ariès, 1978; Costa, 1979). Com isso, a família passa a ser esse lugar privilegiado para cuidar, guardar e proteger o futuro cidadão.

Nesse cenário familiar normatizado pelas forças do Estado concede-se um lugar privilegiado à mulher-mãe. Como estratégia sociopolítica, estabelecem-se novas normas de funcionamento familiar, baseadas no papel da mulher burguesa como responsável pelos cuidados com a criança, zelando pelo seu bem-estar emocional e, portanto, atenta ao desenvolvimento saudável de sua prole (Gomes, 1999).

No Brasil oitocentista, segundo Aragão (1995), a figura da mulher-mãe se decomporia em duas figuras: a de uma mãe biológica, a cujo corpo não se tem acesso, sendo socialmente reconhecida, e uma mãe preta, à qual se tem acesso mas que não é socialmente reconhecida. Essa mulher-mãe burguesa ainda não convertida ao modelo de “mãe amorosa alimentando o bebê” incomoda uma nova sociedade que irá se constituir. Com efeito, surge em meio ao século XIX a normalização médica da família brasileira a fim de reestruturá-la. Para tanto, os higienistas brasileiros instauraram o controle educativo-terapêutico como modo de regulação política da vida dos indivíduos. Uma das características que o controle higiênico atribui à família moderna é a responsabilidade de dedicar-se aos filhos.

Submetida às regras e às normas dos higienistas, à mãe, sobretudo, é atribuída a função de educar e de formar moralmente os filhos. Para isso, a higiene lança mão da culpabilização como um importante dispositivo de controle. A mãe-higiênica, convertida ao amor filial e ao consumo de serviços médicos, conjuga perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos. Isso ocorre na medida em que a sexualidade feminina é circunscrita à zona

de controle da mãe por meio da gravidez e da amamentação, épocas em que as relações sexuais são abolidas ou mesmo restritas pelos higienistas, enquanto o prazer em cuidar do filho é incentivado.

Uma outra estratégia de controle do movimento higienista é o enaltecimento do amor no casal para a manutenção do casamento (Badinter, 1985; Costa, 1979). A família amorosa tem como função contornar os inconvenientes que poderiam desarmonizar o casamento. Para tanto, a medicina contribui fixando padrões de condutas típicas de homens e de mulheres, apresentando-os como imperativos da natureza. Assim, segundo Costa (1979), o amor serve como referência para a diferenciação entre os sexos. Entretanto, o modo como cada um iria lidar com esse sentimento foi marcado segundo pressupostos sociais criados na higiene.

É, portanto, o momento em que a higiene, a partir do amor, consegue uma manobra ambiciosa: converter quase que completamente a figura sentimental de homem na de pai e a da mulher na de mãe, sendo, de agora em diante, um padrão regulador da existência social e emocional de homens e mulheres. Essa tática higienista de controle dos corpos reduz a mulher à figura de mãe-higiênica, como fez com a figura do patriarca ao novo pai. Com isso, se impõe uma diferença que marcará as mulheres não convertidas, como as prostitutas em “mundanas”.

Entretanto, essa manobra higiênica para “domesticar” a mulher-mãe não obteve resultados rápidos. Como nos diz Badinter (1985), a mulher-mãe, ainda no século XVIII, não se interessa pela sua prole. Predominava, segundo Áries (1986), a indiferença materna. Aos poucos, a imagem de mãe vai se modificando. Várias publicações endereçadas às mães ressaltavam a importância do cuidado materno dos filhos e de amamentá-los obrigatoriamente. Mas, afirma Badinter (1985), essas mudanças, na prática, se fazem mais tarde.

2.2

No Século XIX: *vocare* para a maternidade



Figura 2: Mãe e criança, Pierre-Auguste Renoir (1881)

O método utilizado para efetivar a consciência materna é o de propagar a ideia da mulher nascer não só para a família, como também para a maternidade. Com isso, o destino da mulher passa a ser duplo: estabelecer o encanto e manter doce laço da família (Freyre, 2006). Essa “vocação”   perceptível desde a mais tenra idade na menina, por meio de seus sentimentos sempre ternos e doces - prerrogativas naturais para quem nasceu para exercer as funções de amante, esposa e mãe. Esses mesmos sentimentos fazem com que ela suporte os maiores sacrifícios em favor do seu filho. É precisamente a partir da emancipação da mulher do poder patriarcal e da apropriação da mulher pelo poder médico, que a mãe higi nica nasce.

S    possível entendermos a formação da mãe-higi nica, devota ao lar, ao casamento e aos filhos, quando reconhecemos no discurso higiênico a tentativa de naturalizar a vocação de ser mãe. Isso ocorre no período pós-colonial, quando o Estado se d  conta de que a mulher, herdeira dos costumes coloniais, não amamenta seus rebentos. Naquele tempo, a mulher da elite simplesmente não amamenta por acreditar que seu leite não é vital   vida dos filhos. Sem culpa, ela acaba se interessando em consumir seu tempo com modas, festas e diversões.

Diante dessa realidade, a higiene codifica o comportamento de recusa ao aleitamento por parte das mães como infração às leis da natureza. Sendo assim,

para os higienistas, o não amamentar significa romper duplamente os cânones naturais, por não se comportar como todas as fêmeas da classe dos mamíferos, assim como contrariar sua vocação “natural” de ser mãe, conforme os preceitos higiênicos.

Pouco preocupados com a lógica de seus argumentos impositivos, os higienista criaram, na comparação entre a mulher e as fêmeas animais, lições de moral materna. Afinal, era preciso acreditar que a boa mãe não recusa as mamas a seus filhos. Esperava-se a partir da comparação, criar na mulher o constrangimento por não amamentar, gerando nelas a culpa por serem “más, egoístas e incompetentes”. Da comparação entre a mulher e as fêmeas animais eram extraídas várias lições de moral materna, que deveriam ser gravadas desde a mais tenra idade da menina.

Somente no século XIX, período em que a criança de elite passa a ter importância econômico-política, o aleitamento materno tem lugar de preocupação e discussão. Segundo Badinter (1985), nessa época, a mulher é impelida a exercer a função de mãe prioritariamente, resultando num entendimento dessa prática como natural da mulher. E, mais ainda, algo condiz com seu instinto materno, criando-se o mito do amor espontâneo que toda mulher tem naturalmente pelo filho.

Vale lembrar que o ato de amamentar e o de ser mãe é uma imposição natural da ordem do instinto, difícil de transgredir, pois biologicamente qualquer mulher está capacitada a amamentar o filhote do homem. Assim, cabe à mulher cumprir o seu destino natural - amamentar e cuidar da prole -, sendo sua recusa, aos olhos dos higienistas, um ato de desamor por parte de uma “mãe desnaturada”.

As intervenções disciplinares propostas pelos higienistas em favor da amamentação, tanto visam a proteger a vida das crianças, quanto a regular a vida da mulher. Dessa maneira, não há espaço para a mulher manifestar seus desejos e anseios. Restrita ao lar e aos cuidados com a prole, a insatisfação feminina torna-se motivo de preocupação para os higienistas, pelo risco que coloca à manutenção da criança, da família e do Estado.

Pensando nisso, o discurso higienista reforça a percepção materna da nobreza de amamentar. Para tanto, a higiene convida a mulher a trilhar um novo caminho, um caminho mais prazeroso pela via da amamentação. Sendo assim, o

aleitamento coloca a sexualidade da mulher a serviço da família. Nesse momento, abre-se espaço para a concentração do interesse sexual da mulher sobre a prole, incitando a sexualização da relação mãe-filho para que a vida da infância e da família conjugal sejam garantidas.

2.3

Século XX: mulher-mãe na contemporaneidade, da casa para um mundo de possibilidades



Figura 3: O almoço dos remadores, Pierre-Auguste Renoir (1881)

Se a domesticação da mulher-mãe na modernidade é necessária para a formação da família nuclear, a relação mãe-bebê, intensificada pelo isolamento e intimidade da família, contribui para a existência do amor materno e para o surgimento da solidariedade. Com isso, cada vez mais a família é percebida como um refúgio idealizado, um mundo exclusivo a ser vivenciado (Sennett, 1993).

Na contemporaneidade, contaminada pelos valores democráticos, a família, além de se basear na intimidade, busca na comunicação livre e aberta o diálogo e a democracia. Tendo direito à livre escolha, mesmo que essa seja regulada pelo saber médico-psicológico, a família segue o rumo da imprevisibilidade, por não haver um único parâmetro a ser seguido. Em decorrência disso, inúmeras configurações familiares ganham visibilidade ou mesmo surgem nesse período. Contudo, essa ideia de diversidade não ofusca os valores da família, que continuam regulando as relações.

Verificamos que com a mudança no modo de funcionamento social e cultural das sociedades pós-modernas, e com a rápida expansão do consumo e a comunicação de massa, há um enfraquecimento das normas autoritárias e

disciplinares, que outrora regulavam os indivíduos. Essa transformação instaura a exacerbação do individualismo, o que nos conduz à flutuação das identidades pessoais e das incertezas nas relações familiares.

Nesse cenário, não mais nos empenhamos em nos sacrificar pelo ideal da Nação. Agora, na sociedade que se apresenta, o Estado recua, a religião e a família se privatizam, e a sociedade de mercado se impõe. Desencantados com os grandes projetos coletivos, criamos uma nova forma de existir, atrelada à individualização das condições de vida, ao culto do eu e das felicidades privadas. (Lipovetsky, 2004).

Na sociedade do narcisismo, assim nomeada por Lasch (1980), a exaltação do eu e a estetização da existência são realizadas pelos indivíduos. Para tanto, a busca pela valorização da individualidade se dá pela imagem. No caso da mulher, evidenciamos nos meios midiáticos a forma de ser mulher: sensual, macérrima, inteligente, bem-sucedida profissionalmente, e mãe. Assim, a mulher se transforma numa máscara para a exterioridade.

Segundo Guattari e Rolnik (2005), constantemente injetam-se representações nas mães como parte do processo de produção subjetiva. Essa espécie de formação permanente de como ser mãe, muitas vezes, não corresponde à realidade da mulher comum. Para a mãe contemporânea é difícil atender à demanda imposta pela sociedade de conciliar trabalho, maternidade e casamento.

Mesmo que seus recursos financeiros lhe permitam colocar os filhos na creche e contratar uma babá para ajudá-la, a mulher atual tenta dar conta de seu mundo privado sozinha, para ser valorizada como individualidade. Como qualquer mulher, dela ainda são cobradas beleza, juventude, e desejo de ser feliz, mesmo que isso estremeça a vida que leva em família.

Se há liberdade de escolha é porque ela é produzida por um conjunto de forças que faz irromper, em um dado momento, a si mesma como preferência. Nesse sentido, o fato de optar nos constitui ao mesmo tempo que o constituímos como escolha. Desse modo, podemos nos perguntar: que forças fazem a escolha da mulher pela maternidade no mundo contemporâneo? Afinal, parece que para a mulher moderna a conta não fecha, pois existe sempre o dever para com a sociedade, seja como profissional, seja como mãe, seja como dona-de-casa, seja como esposa, ou amante.

Com isso, produzimos um paradoxo: há a liberdade de escolhas, mas, paralelamente, esperamos um modo de existencialização da mulher, por vezes inconciliável com seus desejos mais íntimos. As recomendações do Ministério da Saúde quanto ao aleitamento materno exclusivo até os seis meses do bebê utiliza o argumento de que é “bom para a mãe, o bebê e a família”. Partindo desse princípio, se universaliza uma ação prática por meio de regras definidas passo-a-passo para todas as mães. Nas palavras de Costa,

a regulação é o mecanismo de controle que estimula, incentiva, diversifica, extrai, majora ou exalta comportamentos e sentimentos até então inexistentes ou imperceptíveis. Pela regulação os indivíduos são adaptados à ordem do poder não apenas pela abolição das condutas inaceitáveis, mas, sobretudo, pela produção de novas características corporais, sentimentais e sociais (1979, p. 50).

O dispositivo da culpa ainda se faz presente no discurso social, no entanto pouco parece reverberar na mãe contemporânea, que se contenta em passar algumas horas com o rebento. A excessiva responsabilidade com a educação e a saúde de outrora, dá lugar a outras práticas, como comprar brinquedos sofisticados, viajar, colocar numa boa escola, o que aponta para uma questão contemporânea: o ter (Hays, 1998; Lasch, 1980; Bauman, 2001).

A maior liberdade sexual e o controle da procriação em face ao surgimento da pílula anticoncepcional, na década de 60, possibilitou a entrada da mulher no mercado de trabalho (Vaistman, 1994). Entretanto, como afirmam Averbuch, Anele e Arlaque (1995), a sociedade “vê com maus olhos o “abandono” dos filhos por causa do trabalho” (p. 31), suscitando nas mães trabalhadoras um sentimento de culpa. Diante disso, muitas mães que trabalham fora costumam relacionar diretamente qualquer problema apresentado pelos filhos à sua ausência (Rocha-Coutinho, 2005).

Sabemos que, desde os séculos XVIII e XIX, a responsabilidade pela criação das crianças recai sobre a mãe (Hays, 1998). Essa premissa se consolidou e permanece nas práticas discursivas extraídas do poder normalizador.

A história nos mostra que, na passagem do século XIX para o século XX, os teóricos da psicanálise, como Melaine Klein, Donald W. Winnicott, Paula Heimann, entre outros, e da psicologia do desenvolvimento, René Spitz, Jean Piaget, Lev Vygotsky, Erik Erikson, John Bowlby, entre outros, reafirmam a

relevância da figura materna para o bom desenvolvimento da criança, principalmente nos primeiros anos de vida, quando seu psiquismo está se formando.

Melaine Klein é a primeira psicanalista que voltou seu interesse clínico à criança no início do século XX. Foi seu interesse pela origem da psicose que a levou às relações arcaicas do bebê com a mãe, maternalizando-a, assim, sob o prisma da psicanálise. Dessa forma, Klein coloca a mãe como objeto de todas as projeções odiosas e funcionais do bebê (Klein, 1986), inflando, com isso, a figura materna de tal forma que a faz perder toda a sua condição humana.

Mesmo em trabalhos mais recentes ainda vislumbramos influências dessa teoria, o que para a psicanalista Roudinesco (2003) resulta numa visão perversa ou psicótica das relações de parentesco, sugerindo que a mãe é insubstituível e, portanto, responsável absoluta pelo desenvolvimento saudável do bebê. Entretanto, percebemos que existem outras leituras, tanto na psicanálise quanto na psicologia do desenvolvimento que reconhecem, para além da mãe concreta e humana, os aspectos multifatoriais fazendo parte da formação do psiquismo do bebê.

2.4

Século XIX: dominação tecnológica da maternidade



Figura 4: Cadeiras de parto na história da maternidade a partir do século XVI

A produção e a apropriação do conhecimento tecnológico no atendimento ao parto se deu de várias maneiras. Dados históricos nos trazem notícias de parteiras assistindo a partos já no Período Paleolítico Superior, na Pré-história. Contudo, será no período medieval que as parteiras serão regulamentadas e utilizarão técnicas e instrumentos específicos para parto, como as cadeiras. A tecnologia do parto vai se configurando, assim, uma característica na Modernidade, quando a figura do médico entra em cena, e os primeiros livros de obstetrícia são publicados. Os aparatos tecnocientíficos vão se sofisticando cada vez mais com os avanços da ciência na contemporaneidade, e o parto passa ao domínio médico. Por conseguinte, os nascimentos começam a ser atendidos, quase que exclusivamente, por médicos obstetras em maternidades, com o intuito de diminuir as mortes ocorridas no período puerperal.

Para compreender devidamente essa mudança é preciso inscrevê-las no campo da biopolítica, constituinte da modernidade ocidental. Podemos dizer que pela mediação da biopolítica ocorre uma medicalização do espaço social, pela qual a medicina passou a regular os corpos no registro individual e coletivo. Com isso, pretende-se engendrar a qualidade de vida da população (Foucault, 1979), sendo essa a marca da riqueza das nações. A população se transforma, portanto, em objeto e alvo do poder, o que não ocorre anteriormente. Nesse contexto, o biopoder é então uma das modalidades específicas adotadas pelo poder. Para Foucault, essa é a política de nosso tempo, que possibilita que a vida humana seja

simultaneamente produzida e aniquilada por meios tecnocientíficos (Duarte, 2006).

A consequência desse regime é que, do nascimento à morte, as diferentes idades da vida passam a ser objetos da vigilância biopolítica. Essa dominação atravessa a maternidade contemporânea, que evoca a antiga discussão sobre o papel feminino, quando propõe modos de ser mãe.

Em seu mais recente livro, Badinter (2010) afirma categoricamente que “há uma tirania da mãe perfeita”, e que “uma boa mãe”, nos dias de hoje, segundo as teorias ecológicas, é aquela que amamenta durante pelo menos os seis meses do bebê, não coloca o filho em creches tão cedo, porque deve existir uma proximidade maior com a criança, e, por fim, não usa fraldas descartáveis nem alimentos industrializados. Diante desses imperativos, Badinter acredita haver um retrocesso ideológico relativo ao papel materno, com um regresso ao naturalismo na maternidade e a culpabilização da mãe, que se vê pressionada a se posicionar como uma espécie de “supermãe”, deixando para um outro momento a vida profissional.

Para a filósofa, a sociedade impõe um único modelo de maternidade a ser seguido, o da mãe disponível para os filhos e que amamenta. Contrapondo-se ao discurso conservador, Badinter enfatiza a importância do direito à escolha e à autodeterminação individual. Afinal, ela identifica um saber sobre o corpo e um controle sobre suas forças que podem nos tornar indivíduos incapazes de esboçar qualquer reação. São as “tecnologias políticas do corpo”, articuladas como novos dispositivos de controle, que instituem formas, estilos e modos de ser mãe.